

# memória CULT

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano VI - nº19 - setembro de 2016



 **A preservação do patrimônio arquivístico do Vale do Jequitinhonha: Minas Novas e Diamantina**

por Ana Cristina Pereira Lage; Angelo Alves Carrara e Marcelo Fagundes

 **Farinha podre no Sertão de Minas Gerais**

por J. Afrânio Vilela

 Entrevista:

Desembargador José Fernandes Filho

imagens falam mais que palavras!



Av. Getúlio Vargas, 350 Centro - São Lourenço - MG (35) 3332 4150  
[www.paivafrade.com.br](http://www.paivafrade.com.br) - [paivafrade@paivafrade.com.br](mailto:paivafrade@paivafrade.com.br)

**E**sta Memória CULT nº 19, de setembro de 2016 se inicia com a entrevista do caro Desembargador José Fernandes Filho, que presidiu o Tribunal de Justiça entre os anos de 1990 a 1992.

A seguir, o professor Angelo Alves Carrara, da UFJF, acompanhando dos professores Ana C. Pereira Lages e Marcelo Fagundes da UFVJM discorrem sobre a preservação A preservação do patrimônio arquivístico do Vale do Jequitinhonha: Minas Novas e Diamantina, jogando luzes sobre aquele trabalho.

O número registra a premiação decorrente do primeiro concurso de redações sobre meio ambiente no âmbito da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço.

Na sequência, o importante e documentalmente respaldado artigo do promotor de justiça e historiador Carlos Alberto Silveira Isoldi Filho.

O Sul de Minas é privilegiado pelo artigo de Luciano J. Alvarenga, professor da UFOP, trazendo reminiscências históricas, ecológica e culturais na ressignificação patrimonial e paisagística, incluindo o sudoeste do nosso Estado.

O brilho descritivo e a veia historiográfica do Desembargador Afrânio Vilela novamente apresenta nesta edição, discorrendo acerca da Farinha podre no Sertão de Minas Gerais.

A Academia Valenciana de Letras, apresentada pela sua presidente, professora Elizabeth Santos Cupello, bem demonstra a importância cultural daquela imponente casa de cultura do vizinho Estado do Rio de Janeiro.

Voltamos à tradição de Minas editando o artigo da doutoranda em patrimônio artístico Graziela Armelao Jácome sobre as Pastorinhas da Tapera.

Este artigos serão, paulatinamente, inseridos no portal [memoriacult.com](http://memoriacult.com), a versão eletrônica desta revista, lançado há pouco tempo. Finalizando, cabe ressaltar, como em números anteriores, que esta Memória CULT não tem qualquer relação com a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Boa leitura!



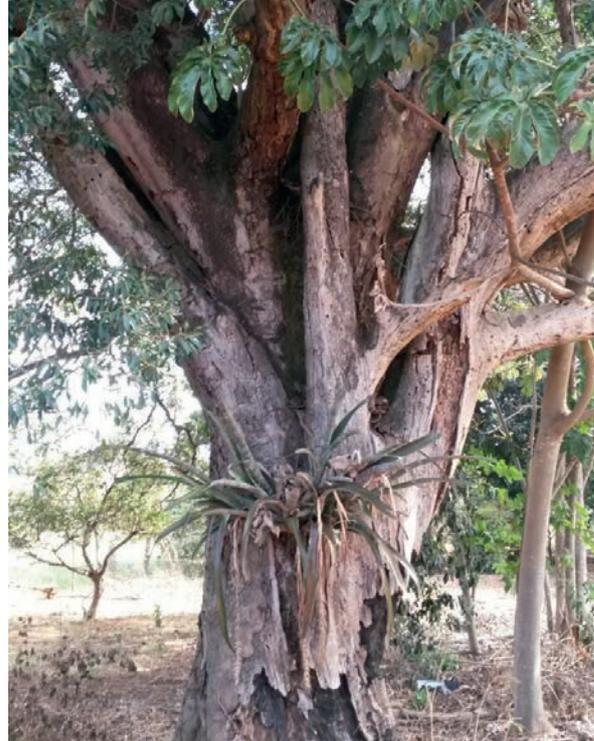
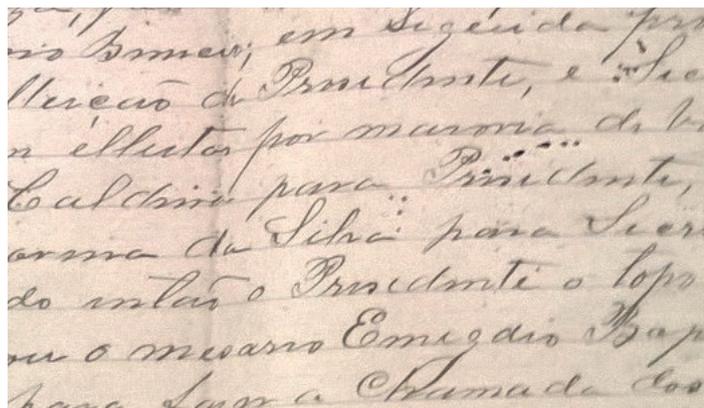
### **Eugênio Ferraz**

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi o Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



## Sumário



09

**A preservação do patrimônio arquivístico do Vale do Jequitinhonha: Minas Novas e Diamantina**  
Por Ana Cristina Pereira Lage; Angelo Alves Carrara e Marcelo Fagundes

22

**Farinha podre no Sertão de Minas Gerais**  
Por J. Afrânio Vilela

04

**Página do Artista**  
Antônio Carlos e Paulo Molinari

18

**A filha de Tiradentes**  
por Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho

05

**Des. José Fernandes Filho**  
Entrevista por Petrônio Souza

16

**Os Valos do Sul e Sudoeste de Minas Gerais: reminiscências históricas, funcionalidades ecológicas, culturais e ressignificação patrimonial paisagística**  
Por Luciano J. Alvarenga

12

**Comenda Ambiental PREMIA!**  
Editoria

20

**Obra rara: ICAM**  
por Vera Alice Cardoso da Silva

25

**Academia Valenciana de Letras – 67 Anos**  
por Elizabeth Santos Cupello

28

**Pastorinhas da Tapera: Folclore e Tradição**  
por Graziela Armelao Jácome



## Espaço do leitor (especial acerca da Memória CULT)

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: [memoriacult@gmail.com](mailto:memoriacult@gmail.com). A Memória CULT poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

3 SET 2016  
BELO HORIZONTE

HORIZONTES 19  
HOJE EM DIA



Seria omissão imperdoável porém, se deixássemos de registrar o lançamento de "Comarcas de Minas"

**MANOEL HYGINO**  
MHYGINO@HOJEMDIA.COM.BR

---

**NOSSO JUDICIÁRIO  
CONTA SUA HISTÓRIA**

O número 17 foi dedicado predominantemente a São Lourenço, a bela e dinâmica cidade que abriga a estância hidromineral de que o Brasil tanto se orgulha. Refiro-me à Revista "Memória Cult", e que, mais uma vez, revela a beleza privilegiada de Minas Gerais, a velha província que tanto merece o respeito da nação, ponto de equilíbrio nas horas de graves decisões.

A edição seguinte, a 18, não é menor em importância, revelando as razões que levam a revista de Eugênio Ferraz a posição de relevo e prestígio na imprensa mineira, no campo intelectual e artístico. Com denodo, o diretor-executivo e editor-geral, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG, mantém um inflexível devotamento à preservação de valores de nossa história, de nossa arte, de nossa cultura.

A leitura de Cult é um passeio agradável e esclarecedor. Fica-se sabendo sobre o Sistema de Museus de Ouro Preto, no texto de Gilson Antônio Nunes, das atividades do grupo Nevestones, do Instituto Amílcar Martins (sobre o qual me referi aqui mais de uma vez), sobre Lagoa Santa – na evocação da professora Vera Alice, sobre Salinas – da cachaça famosa e de sua Academia de Letras, da posse e projetos da nova presidente da Academia Mineira de Letras – prof.ª Elizabeth Rennó, da escultura de Ofélia Torres, e, ainda, do ensaio de Ivanise Junqueira sob o título "Luz no Ambiente", uma pausa para meditação em meio às tribulações e descaminhos da política brasileira, um hino de esperança, num tempo em que inúmeros já a perderam.

Nessa linha de raciocínio, destaco a missão a que se dedica um grupo de pessoas na área de ressocialização do apenado, tida como responsabilidade de todos, mas despertando a atenção grandemente pelo que se publica sobre a falta de vagas nas cadeias e presídios.

Três ilustres magistrados comparecem à publicação de Cult em julho de 2016: o desembargador J. Afrânio Vilela, que alerta sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e os deveres das organizações que produzem e geram riquezas. Adverte que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados diariamente e que 70% de toda a água disponível no país é usada em irrigação, enquanto milhões de crianças de até cinco anos morrem por desnutrição.

O coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda, pertinazmente se mantém no objetivo de preservação dessa nossa riqueza, em que já se conseguiram êxito notáveis, mas cuja preservação e resgate não podem perder força. Minas Gerais não abrirá mão de uma riqueza, em que, sob muitos aspectos, é única e inextinguível.

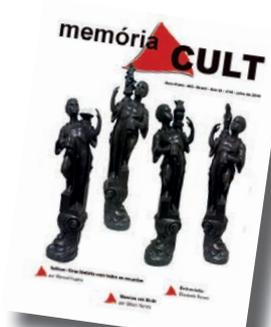
Seria omissão imperdoável porém, se deixássemos de registrar o lançamento de "Comarcas de Minas", pela "Memória do Judiciário Mineiro", graças a inextinguível disposição do desembargador Lúcio Urbano

da Silva Martins, superintendente da "Memória", com a colaboração de Rosane Vianna Soares. Por todos os títulos, é empreendimento da maior envergadura para o Judiciário Mineiro, que assim tem escrita a sua história. Nela, encontram guardada as 296 Comarcas de Minas, contando-se sua origem, desmembramentos, datas e relação dos juizes que nelas exerceram seu ofício, de 1711 a 2014.

Uma obra valiosíssima, como se vê, editada pela Imprensa Oficial do Estado.

Jornalista e escritor escreve diariamente neste espaço

**ÚLTIMA EDIÇÃO**



**memória CULT**

**NA EDIÇÃO 18**, o Sistema de Museus de Ouro Preto e na Capa, a força das esculturas da artista Ofélia Torres. Na mesma edição, e no artigo referido, as referências foram:

BRASIL, Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 22/01/2016.

MINAS GERAIS, Lei n. 21.141, de 13 de janeiro de 2014. Institui o Estatuto de Museus. Disponível em: <<http://ws.mpmg.mp.br/biblio/informa/170119479.htm>>. Acesso em: 28/01/2016.

OURO PRETO, Lei n. 932, de 22 de dezembro de 2014. Institui o Estatuto Municipal de Museus. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/diario-oficial/439/1185/22-12-2014>>. Acesso em: 28/01/2016.

NUNES, G. A., A construção de uma política pública para o setor museológico no Brasil, em Minas Gerais e em Ouro Preto, experiências nas três esferas de governo. Anais do I Seminário Brasileiro Museologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em <<http://sebramus.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/06/anais-final.pdf>>. Acesso em: 26/01/2016.

## EXPEDIENTE **memória CULT**

memoriacult.com

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano VI - nº19 - setembro de 2016

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Acervo do artista

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.



Artista da capa

# Antônio Carlos e Paulo Molinari



Mineiros e poçoscaldenses, os irmãos Antônio Carlos e Paulo Molinari, são os primeiros mestres vidreiros brasileiros. São proprietários da empresa Cristais São Marcos que, apesar de ser uma das maiores do mundo neste segmento, é considerada por eles uma empresa familiar, onde trabalham onze pessoas da família.

Os irmãos Molinari, já foram homenageados pelo Ministro da Cultura, em Brasília, no Palácio dos Átrios, da Caixa Cultural, pelo pioneirismo na produção e exportação desse produto.



Fizeram, na década passada, por iniciativa do Governo do Brasil, uma exposição na embaixada brasileira em Roma, na Itália e, em seguida, uma exposição itinerante em Veneza, também na Itália.

Participaram de diversas feiras internacionais, onde se tornaram ícones e referências com o trabalho no vidro tipo murano. São pioneiros na exportação desse produto para o mundo.

Foi com o grande mestre vidreiro italiano Aldo Bonora que os irmãos aprenderam a arte do vidro. Com 11 e 8 anos de idade, crianças ainda, eles chamaram a atenção pelo talento e ousadia. Alguns anos depois,

com o apoio do pai e incentivo de Aldo, eles iniciaram sua própria produção de cristais.

Hoje, 62 anos após o início e 54 anos da fundação da São Marcos, eles continuam à frente da fábrica, considerada a maior das Américas e uma das mais criativas e maiores do mundo em produção de cristais tipo murano. Seus produtos são exportados para todos os continentes. Antônio Carlos e Paulo Molinari fazem parte dos artistas vidreiros mais geniais e talentosos do país e do mundo. Suas peças decoram o Palácio do Planalto em Brasília.

As peças da Cristais São Marcos são únicas, de altíssima qualidade, feitas de forma 100% artesanal.





# Desembargador José Fernandes Filho

por Petrônio Souza\*



Uma das grandes referências da memória de Minas e do Brasil, o desembargador José Fernandes Filho, que presidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais de 1990 a 1992, assistiu a ascensão e queda de Getúlio Vargas, passando pelo Manifesto dos Mineiros. Vivenciou de perto os anos JK, o golpe de 1964, o pós regime militar, acompanhou o modernismo nas artes e na cultura, foi testemunha da música moderna brasileira que se iniciava com Baden Powell e Nelson Freire, além do Clube da Esquina em Minas Gerais.

Não bastasse, também educador, lecionou por muitos anos nas Faculdades de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica. Além disso, foi Secretário de Estado da Educação do governado Aureliano Chaves. sobre ter assistido à elevação de sítios brasileiros a patrimônios mundiais, como a Pampulha, recentemente, e Ouro Preto, a primeira cidade com o título no país. Ele fala à Memória CULT e recupera um pouco dessa história.

**Com toda essa bagagem, perguntamos ao desembargador José Fernandes como ele vê o cenário cultural brasileiro na atualidade e o seu reconhecimento no exterior?**

Cristão, cultivo a alegria e a esperança, razão de ver o cenário cultural brasileiro crescido e enriquecido.

Existe, entre nós, uma explosão de vocações, na literatura e nas artes, reconhecida no exterior. Bons lançamentos, na área editorial, no teatro, no cinema, na pintura, nas artes plásticas, tudo a nos cobrar atenção, sob pena de perdemos o bonde de muitas viradas culturais que iluminam o país.

*“Existe, entre nós,  
uma explosão  
de vocações, na  
literatura e nas  
artes, reconhecida  
no exterior. Bons  
lançamentos, na  
área editorial, no  
teatro, no cinema,  
na pintura, nas  
artes plásticas,  
tudo a nos cobrar  
atenção...”*

**O senhor é reconhecido como um modernizador da Justiça em Minas, trabalhando em fins de semana diretamente nas Comarcas. Há até o detalhe das pessoas acompanharem seu desprendimento em trabalhar vestindo mangas de camisa. O senhor poderia contar um pouco dessa experiência?**

Na minha posse como Presidente do Tribunal de Justiça, à magistratura mineira lancei instigante desafio: reduzir o acervo circulante de processos, que a todos envergonhava. O “mutirão” do bem, envolvendo todos os magistrados do Estado, realizado em fins de semana e feriados, nos fóruns, escolas e até em praças públicas, resgatou nossa autoestima: resolvemos novecentos mil processos, restando, à época, quinhentos mil, que, em fase de instrução, não estavam maduros para sentenciamento. Foi um período de esperanças cumpridas. Sim, em mangas de camisa, de dia ou à noite, madrugada adentro, pudemos olhar nos olhos dos jurisdicionados, sem remorso ou vergonha.

A magistratura mineira revelou sua imensa potencialidade, em trabalho coletivo que assombrou a Nação. Além disso, os magistrados mineiros, antes solidários, experimentaram a alegria da convivência rica e reconfortante no trabalho comum.

**O senhor foi um dos idealizadores dos Juizados Especiais, modelo que deu certo no país. Como se deu esse processo e qual a avaliação que o senhor faz dele neste momento?**

Os Juizados Especiais foram arrancados a fórceps do Congresso Nacional. Previstos na Constituição de 1988, art. 98, I, só foram instituídos pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Neste parto doloroso e redentor, entregamo-nos até a medula – o Ministro Sepúlveda Pertence, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, e eu, à época, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes do Tribunal de Justiça do Brasil. O substitutivo do Deputado Ibraim Abi-Ackel encontrava resistência na Câmara dos deputados, à visão preconceituosa da AMB, a lutar pela aprovação da norma legislativa diversa, que conferia a cada Estado da Federação o poder de dispor sobre a matéria, segundo suas peculiaridades. Dias e noites, muitas, passamos na Câmara dos Deputados, tentando convencer os parlamentares: norma legislativa uniforme e abrangente garantiria a rápida instalação dos Juizados Especiais, além de evitar os riscos de atomização de matéria tão relevante, cada Unidade da Federação dispor sobre o tema como lhe aprouvesse. Aprovado o projeto na Câmara

ra dos Deputados e no Senado Federal, foi sancionada a Lei nº 9099, de 1995, primeiro passo para a jurisdição dos carentes e excluídos.

**Dá para o senhor traçar um paralelo antes e depois da instituição do Juizado?**

Pelo menos um terço das demandas judiciais corre, hoje, nos Juizados Especiais. Os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade são obrigatórios nos Juizados, buscando-se, sempre que possível, a conciliação e a transação.

A instalação deles ofereceu mercado de trabalho a inúmeros advogados. Há, atualmente, advogados especializados, que só atuam nos Juizados Especiais, bendito espaço para os despossuídos, sem voz e voto. A verdade só tem uma face: a sua resistência e passou a prestigiar o fórum dos excluídos da jurisdição.

A exitosa experiência nos Juizados Especiais alcançou legisladores federais, que insistem na ampliação de sua competência, capaz de matar a galinha dos ovos de ouro. Por outro lado, a conciliação e a transação são normas de observância obrigatória no recente Código de Processo Civil, exceto em casos de direitos indisponíveis.

Até no Supremo Tribunal Federal se pratica a conciliação: a Ministra Carmen Lúcia, empossada recentemente, como presidente, convidou Estados e União para tentar conciliá-los a respeito dos pagamentos das dívidas.

**O senhor é originário do Oeste de Minas, de Bambuí, e se projetou como um raro exemplo de aliança entre a competência técnica, simplicidade, sensibilidade e dedicação ao trabalho. Sabemos que do alto dos seus quase 90 anos, o senhor ainda trabalha de forma voluntária. Queria que o senhor falasse um pouco dessa abnegação e de sua formação.**

Filho de família pobre, tive a adolescência frequentada por grandes perdas, entre as quais minha mãe, aos onze anos, no dia do meu aniversário. Em compensação, recebi muitas bênçãos, que me ajudaram a chegar até aqui. Caminhei muito, jamais sozinho, sempre acompanhado e com o estímulo daqueles que acreditavam no menino-moço, vendedor de bilhetes da Loteria, nunca premiados. Sem “pistolões”, à época indispensáveis, não tinha emprego público. Ralava-se nas ruas, sapatos com sola furada, forrada com papelão no período de chuvas.

*“O “mutirão” do bem, envolvendo todos os magistrados do Estado, realizado em fins de semana e feriados, nos fóruns, escolas e até em praças públicas, resgatou nossa autoestima...”*



Ajudou-me, nessa caminhada, meu tio, então Escrivão de Crime, homem íntegro. De Seabra Fagundes, exemplo de homem público, recebi lições de vida que me forjaram o caráter. Consequência: internalizei o sentimento de que, sem embargo dos acidentes, a vida me dera muito mais do que merecia. Daí o compromisso, natural, nada extraordinário de trabalho voluntário, através do qual devolveria à sociedade parte do passivo contraído. Trabalhar de graça e sem patrão é das melhores atividades do homem, principalmente quando inominados os destinatários da ação.

**Minas sempre deu ao Brasil bons juristas e grandes constitucionalistas. Queria que o senhor falasse sobre essa 'escola mineira' e sobre os grandes nomes da magistratura que o senhor conheceu ao longo da vida.**

Muitos foram os cidadãos e juristas com os quais convivi. Cito apenas alguns, homens honrados, exemplos e símbolos. Nesta época, de carência de homens públicos, vale a pena lembrá-los: Milton Campos, Paulo Naves de Carvalho, Lopes da Costa, Cunha Peixoto, e, mais uma vez, Seabra Fagundes, candeia acesa, faça chuva ou sobre o vento.

**Para encerrar, gostaria que o senhor falasse sobre sua experiência com a Revista Memória CULT?**

Confesso e reconheço minha indesculpável limitação. Não conhecia a Revista Memória CULT. Pelas edições que recebi, vejo-a como celeiro e abrigo de talentos, nas artes e na literatura. Leve, agradável e, ao mesmo tempo, densa e inquiridora. Resgatou um espaço de cultura que faltava a Minas Gerais.

Quero encerrar, como registro indispensável: nenhum trabalho fiz a duas mãos, embora quisesse, como Drummond, abraçar o mundo. Se alguma coisa foi feita, digna de registro, foi trabalho de muitas mãos, que ajudaram na construção da tessitura e da trama.

A travessia está quase concluída. Já se vê a outra margem. A vida, de muitas lidas, foi vivida sem heroísmo e sem vilânicas, de forma simples, nos limites do possível, à sombra de nossa humanidade.

**\* Jornalista**



# A preservação do patrimônio arquivístico do Vale do Jequitinhonha: Minas Novas e Diamantina

Ana Cristina Pereira Lage\*

Angelo Alves Carrara\*\*

Marcelo Fagundes\*\*\*



**N**ão é necessário enfatizar a importância da preservação das fontes documentais do período colonial e imperial para a história do Vale do Jequitinhonha, em especial para o preenchimento da enorme lacuna historiográfica sobre a região. Se, de um lado, Diamantina desfruta de uma visibilidade que dispensa maiores apresentações, o mesmo não se pode dizer de Minas Novas, a despeito de tratar-se de uma vila que adquiriu notável destaque nas primeiras décadas do século XIX. A vila de Minas Novas, fundada em 1730 como arraial de Nossa Senhora de Bom Sucesso do Fanado, foi desanexada politicamente da capitania da Bahia em 1757, quando passou para a jurisdição da comarca do Serro Frio, na capitania de Minas Gerais,

mas eclesiasticamente continuou vinculada ao arcebispado da Bahia até 1853. Apesar de até o momento os historiadores tenham recorrido aos acervos localizados em Belo Horizonte (Arquivo Público Mineiro) e Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo), já que farta documentação administrativa que era encaminhada pela vila de Minas Novas tanto para o Reino, quanto para a comarca do Serro Frio ou ainda para o arcebispado da Bahia, muitos documentos ficaram na própria região e foram se acumulando ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do XX.

Foi exatamente a partir da percepção do estado de degradação em que se achava a documentação capaz de alicerçar pesquisas do mais alto nível que ini-



ciou-se o esforço para se garantir a preservação dos acervos arquivísticos da região. A criação do Laboratório de Organização de Documentos Históricos (LAODH) no interior do Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem (LAEP), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, contou com o apoio do professor Marcelo Fagundes, e partiu da necessidade de iniciar o trabalho de higienização, organização, catalogação e digitalização de fontes históricas do Vale de Jequitinhonha. Os trabalhos desenvolvidos nos dois laboratórios estão intimamente ligados, uma vez que a higienização e organização de documentos dialogam com os subcampos da arquivologia e da arqueologia histórica.



*Bolsistas trabalham com a higienização de documentos de Diamantina no LAODH (esquerda) | Documentação de Minas Novas, sem tratamento, na Reserva Técnica do LAEP (direita)*

especialmente aqueles de cunho administrativo do local chamado “Masmorra” do Centro Administrativo da Prefeitura de Diamantina. A massa documental tratada constitui-se de livros cartoriais e documentos administrativos diversos de Diamantina. Tal documentação perfaz um período histórico que compreende os séculos XIX e início do XX. Até este momento ocorreu o processo de higienização e identificação de parte da documentação que foi transferida para o LAODH. Pretende-se ainda digitalizá-los, com o intuito de disponibilizá-los para pesquisadores e para a sociedade em geral. A comunidade local também foi envolvida por meio da oferta de uma oficina para a capacitação, tratamento e a preservação documental.

Após a instituição do LAODH em 2014 foi possível colocar em prática o projeto de Extensão em interface com a Pesquisa, intitulado Organização, preservação e disponibilização de acervos documentais de Diamantina, coordenado pela professora Dra. Ana Cristina Pereira Lage, em execução desde agosto de 2014, com o apoio financeiro da PROEXC/UFVJM e parceria com a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio da cidade de Diamantina, cujo secretário Walter Cardoso França Junior, de imediato cuidou de todos os trâmites administrativos necessários.

Por meio desta parceria, são tratados os documentos que estão sob a guarda daquela instituição,



Simultaneamente a estas atividades foi firmado um convênio entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a Universidade Federal de Juiz de Fora, com vistas a levar a efeito o Programa de tratamento de arquivos municipais; organização, preservação e disponibilização de acervos documentais: Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, coordenado pelo professor Angelo Alves Carrara (UFJF).

Para além da parceria com o município de Diamantina, entende-se que existem acervos espalhados pelo Vale do Jequitinhonha e que precisam também de tratamento urgente por conta da deterioração que pode acontecer aos documentos que não são adequadamente tratados. Assim, foi outro convênio, com a Secretaria de



# COMENDA AMBIENTAL PREMIA!

**N**a sequência dos eventos da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, que ocorreram em março de 2016 e que se desenvolveram o 4º Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas, o 2º Seminário Olhar Jurídico sobre Meio Ambiente e o 1º Encontro de Mídias, outro evento chamou atenção: o “Concurso de Redações”, promovido pela Chancelaria da Comenda em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais e que contou com o apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação; da Defensoria Pública de Minas Gerais em São Lourenço e da Academia Mineira de Letras.

Além do lançamento do Progea 2016 (Programa de Educação Ambiental da PMMG), a Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG promoveu, durante a semana dos eventos da Comenda Ambiental, treinamento para alunos dos quartos anos do ensino fundamental das redes pública e privada da cidade, versando o meio ambiente.

Conforme os termos do edital, somente foram conhecidos os vencedores (até então identificados apenas por números) após o desempate, pela Academia Mineira de Le-



*Na foto, à frente: Marcus Vinicius Pinho Prazeres, Larissa Vitória Cândido Lopes, Rickelme Rocha Maciel e Sofia Chagas Braga. Na mesa: Ivanise Junqueira, Zé Neto, Eugênio Ferraz, Cel. Idzel Fagundes e Roger Feichas*

tras, por solicitação do Chanceler – da classificação feita em conjunto pela Prefeitura, Polícia Militar e Defensoria Pública de Minas Gerais em São Lourenço.

Os vencedores foram: em 1º lugar, Larissa Vitória Cândido Lopes, da Escola Municipal Ismael Junqueira de Souza, aluna da professora Denise de Fátima Junqueira de Castro; em 2º lugar, Rickelme Rocha Maciel, da Escola Estadual Eurípedes Prazeres, aluno da professora Miriam Mara Pereira Maciel; e em 3º lugar, Sofia Chagas Braga, do Colégio Imaculado Coração de Maria, aluna da professora Maria Antônia Assumpção Sanches.

Os vencedores e suas professoras receberam diplomas de Menção Honrosa e Larissa, a grande vencedora, foi agraciada com a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, honraria maior que incentiva os jovens a terem um olhar diferenciado e vanguardista para o meio ambiente.

A premiação foi na noite do dia 5 de agosto, associada à entrega do Diploma de São-lourenciano Ausente ao publicitário Marcus Vinicius Pinho Prazeres, residente em Belo Horizonte. Assíduo frequentador da cidade, onde tem familiares e amigos, Vinicius, que divulga São Lourenço de forma sempre apaixonada, agora se junta a homenageados de anos anteriores, Luis Prazeres, Cel. Luiz Eliseu, Manoel Guimarães, Edson Gonçalves, Carlos Arruda, todos incentivadores e divulgadores da cidade.



Nome da escola: Escola Municipal Ismael Junqueira de Souza		
Número identificador do(a) aluno (a): 17906020110028	Série do(a) aluno(a): 4º Ano	Idade do(a) Aluno(a): 9 anos

"Cuidar da água é preservar a vida no planeta"

Muitas pessoas hoje em dia estão preocupadas com a pequena quantidade de água potável em relação ao total de água no mundo. Outros não acreditam nisso e pensam que, através da tecnologia, poderemos transformar a água do mar em água potável, e que esse é um problema do governo.

Mas resta a pergunta:

será que apenas os governantes vão conseguir economizar água suficiente para acabar com esse problema?

Claro que não! Tão importante, é cada um de nós, crianças e adultos fazer a nossa parte, incentivando os outros a fazerem a parte deles também.

Fazendo com que cada um reserve suas atitudes, suas pequenas ações no dia-a-dia, que podem ser feitas naturalmente, e somadas tornam-se grandes com o planeta.

Fazer como deixar a torneira fechada ao se barbear, escovar os dentes, encolher a roupa, lavar nosso corpo durante o banho, utilizando a água apenas quando necessário, é uma forma de ser um grande colaborador do universo.

Basta cada cidadão fazer sua parte, cuidando do verde, denunciando queimadas, desmatamentos, lixo jogado a beira de rio a alertar amigos e familiares; essas ações com certeza poderão fazer a diferença.

Plantar uma árvore é uma forma de devolver a natureza

tudo aquilo que ela nos dá diariamente.

Os benefícios da água são muitos: purifica o ar, valoriza a terra, pode servir de sombra, refrescando nossas casas, praças e jardins, molha o solo e dá vida ao verde de nossas matas.

Juntos podemos impedir um futuro de guerra no mundo por um recurso natural deixado para que todos possam usar.

A água que é o símbolo da vida, que representa a nossa cidade surgiu com a descoberta de suas fontes.

Agindo de forma consciente, cuidando do nosso grande tesouro "a água" estamos cuidando do nosso "Planeta Terra", o nosso "Planeta Azul"!!!



Redação da aluna Larissa Vitória Cândido, vencedora do Concurso de Redações

# A filha de Tiradentes

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho\*

A novela *Liberdade, Liberdade*, transmitida pela Rede Globo, narrou a história de Joaquina, filha do mártir da Inconfidência Mineira, Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pela alcunha de Tiradentes.

Embora fosse solteiro, Tiradentes realmente teve, com Antônia Maria do Espírito Santo, uma filha batizada com o nome de Joaquina aos 31/8/1786, na Matriz do Pilar, em Ouro Preto, com a expressa indicação de que o pai seria o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. O Padrinho foi Domingos de Abreu Vieira, também inconfidente<sup>1</sup>.

Em verdade, não se tem notícia do paradeiro da filha do mártir da Conjuração Mineira, de forma que o enredo da novela global a respeito da vida de Joaquina é mera fantasia. Da mesma forma, o filme *Vinho de Rosas*, de Elza Cataldo, lançado em 2005, mostra uma história fictícia sobre a filha do alferes.

Aliás, ao longo dos anos, muitas lendas surgiram a respeito de uma suposta descendência do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mas sem qualquer lastro probatório. No início do século passado, ganhou corpo - com ares de verdade - a história de que um certo João de Almeida Beltrão, com descendência em Minas Gerais, seria filho de Tiradentes com Eugênia Joaquina da Silva (irmã de Antônia Maria do Espírito Santo).

A história de que existiria um filho de Tiradentes, chamado João de Almeida Beltrão, foi difundida pelo jornalista Antônio Borges Sampaio, com base em informações orais da senhora Carolina Augusta Cesarina, suposta neta de Tiradentes (filha de João).

Tal versão aponta que Joaquim José da Silva

Xavier teria, por cautela, deixado o filho João, com cerca de seis anos de idade, aos cuidados do amigo "Joaquim de Almeida Beltrão", para evitar algum tipo de perseguição ou represália em decorrência da ideia da conjuração que surgia em Minas Gerais<sup>2</sup>.

Contudo, esse risco de perseguição não existia, tanto que Antônia Maria do Espírito Santo (mãe da verdadeira filha de Tiradentes), mesmo após a prisão dele, promoveu uma justificação em face da Real Fazenda questionando o sequestro de uma escrava com dois filhos, alegando que ela lhe havia sido dada pelo alferes e não poderia ser confiscada<sup>3</sup>.

Na justificação, as testemunhas confirmaram o romance entre Antônia e Tiradentes, bem como a existência da filha Joaquina. Não houve nenhuma represália direta contra elas, apesar de o sequestro da escrava e seus dois filhos ter sido mantido.

Mesmo após o enforcamento de Tiradentes, Joaquina continuou morando em Vila Rica (Ouro Preto) com a mãe Antônia Maria do Espírito Santo e a avó materna Maria Josefa, sem qualquer problema ou constrangimento, conforme censo de 1804. Toda a família transferiu-se para Dores do Indaiá apenas em 1807.

Para finalizar a polêmica, há o batismo de João (de Almeida Beltrão) realizado em 15/7/1787, na Igreja Matriz do Pilar, em Ouro Preto, filho natural do Cadete José Pereira de Almeida Beltrão e de Eugênia Joaquina da Silva.

O batismo de João se deu antes da Inconfidência Mineira (assim como o de Joaquina), não havendo nenhuma razão para Tiradentes querer "esconder" um filho naquele momento.



**ARQUIVO HISTÓRICO E ECLESIÁSTICO DA PARÓQUIA de NOSSA  
SENHORA do PILAR de OURO PRETO/MG.**

**Transcrição do Termo de Batismo de Joaquina**

**Ano: 1786**

O Diretor do Arquivo Histórico e Eclesiástico da Paróquia do Pilar de Ouro Preto – Minas Gerais certifica que no **Livro de Assentos de Batismo, folhas: 345, período: 1786 a 1789. Livro Incompleto – não microfilmado** e mantido em custódia no mesmo arquivo acima, encontra-se o seguinte registro:

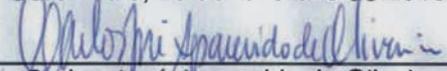
Joaq.na

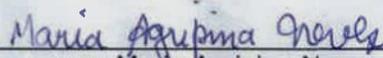
*Aos trinta e hum de Agosto de mil sete Centos, e oitenta e seis anos, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Villa Rica do ouro preto Com Licença Parochial o Padre Pantalião da Silva Ramos Presbitero secular batizou e pos os Santos Oleos a Joaquina filha natural de Antonia Maria do Espirito Santo, e de Pai que diz ser o Alferes Joaquim Joze da Silva Xavier, todos desta freguesia; foi Padrinho o Capitão Domingos de Abreu Vieira solteiro morador na freguesia do Antonio Dias desta villa, de que fiz Este assento.*

*O Coadj<sup>or</sup>. Ant<sup>o</sup>. Rib<sup>o</sup>. A Az<sup>o</sup>.*

E nada mais continha o dito registro que fielmente copiou a historiadora Maria Agripina Neves, e eu li e achei plenamente conforme o original.

Ouro Preto, 29 de fevereiro de 2016.

  
Carlos José Aparecido de Oliveira  
Diretor Administrativo da Paróquia Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG.

  
Maria Agripina Neves  
Historiadora





**ARQUIVO HISTÓRICO E ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA de NOSSA  
SENHORA do PILAR de OURO PRETO/MG.**

**Transcrição do Termo de Batismo de João**

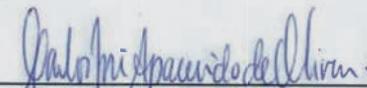
**Ano: 1787**

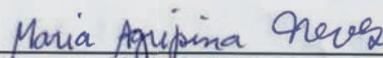
O Diretor do Arquivo Histórico e Eclesiástico da Paróquia do Pilar de Ouro Preto – Minas Gerais certifica que no **Livro de Assentos de Batismo, folhas: 354, período: 1786 a 1789. Livro Incompleto – não microfilmado** e mantido em custódia no mesmo arquivo acima, encontra-se o seguinte registro:

1787                    *Aos quinze Dias do mez de Julho de mil sete Centos, e*  
Joam                    *oitenta, e sete anos, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora*  
*do Pilar de Villa Rica do ouro preto batizei, e pus os Santos*  
*óleos a Joam filho natural que foi do Cadete Joze Pereira de*  
*Almeyda Beltrãobe de Eugenia Joaquina da Silva solteiros:*  
*foi Padrinho o Tenente Bernardo Pereira Marques solteiro,*  
*todos desta freguesia, desta villa de que fiz Este assento.*  
*O Coadj<sup>or</sup>. Ant<sup>o</sup>.    Rib<sup>o</sup>. A Az<sup>o</sup>.*

E nada mais continha o dito registro que fielmente copiou a historiadora Maria Agripina Neves, e eu li e achei plenamente conforme o original.

Ouro Preto, 29 de fevereiro de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos José Aparecido de Oliveira  
Diretor Administrativo da Paróquia Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG.

  
\_\_\_\_\_  
Maria Agripina Neves  
Historiadora



Desmontando a falácia de que João de Almeida Beltrão seria filho de Joaquim José da Silva Xavier, já em 1961, o conceituado historiador Waldemar de Almeida Barbosa publicou um artigo intitulado: Lenda que se desvanece – Os Almeida Beltrão não são descendentes de Tiradentes .

Ainda assim, alguns anos depois, o Congresso Nacional concedeu pensão vitalícia a bisnetos de João de Almeida Beltrão, sob pretexto de serem descendentes do mártir da Inconfidência Mineira.

Curiosamente, uma parte da descendência de João de Almeida Beltrão incorporou ao sobrenome a alcunha de Tiradentes e, ainda, aparecem no Fantástico!

<sup>1</sup> Arquivo Histórico e Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG – Livro de Assentos de Batismo (1786 a 1789) – fl. 345.

<sup>2</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Notícia biográfica de D. Carolina Augusta Cesarina. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1909-1910, p. 291-300.

<sup>3</sup> Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, v. 9. Brasília – Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1977, p. 44-57.

**\*Promotor de Justiça**

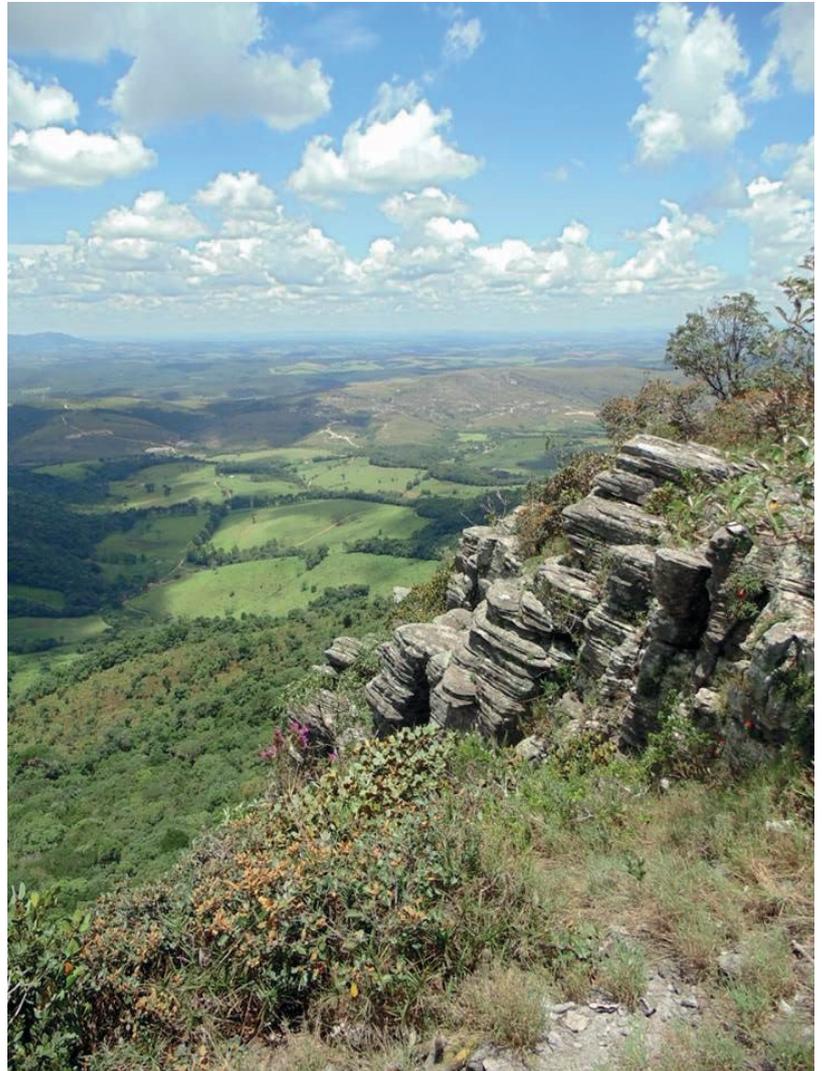


## Os Valos do Sul e Sudoeste de Minas Gerais: reminiscências históricas, funcionalidades ecológicas, culturais e ressignificação patrimonial paisagística

Luciano J. Alvarenga\*

**N**as paragens rurais ao sul e sudoeste de Minas Gerais, nas terras de Campo Belo, Boa Esperança, Campos Gerais, Lavras, Carmo de Minas, Andrelândia, entre outros municípios, deparamo-nos não raramente com corredores de árvores e pequenos arbustos entre fazendas, cafezais, cultivos agrícolas diversos, pastos ou áreas abandonadas. Ao transitar-mos pelas estradas desses lugares, é possível vivenciar o aspecto singular e imaginativo que esses corredores evocam: vistos do alto de uma serra, é como se as plantas que lhes dão forma estivessem ali, disciplinada e caprichosamente enfileiradas, a percorrer aquelas paisagens.

O que muita gente desconhece, entretanto, é que esses corredores têm origem numa prática comum, sobremaneira nessas regiões, até meados do século XX: a inserção de “valos” (ou “valas”) para demarcação das divisas entre áreas de propriedades rurais. Cuidava-se assim, quando os arames farpados ainda não se encontravam facilmente nos armazéns daquelas cidades, de conduzir escavações em forma de canais, de aproximadamente 1-1,5m de profundidade por 3-6m de largura, sobre as linhas divisórias das glebas como forma de delimitá-las e protegê-las em relação às suas cercanias (CASTRO, 2004, p. 12).



*Valos (plano baixo) vistos do Pico do Gavião, São Tomé das Letras, sul de MG. Foto: Luciano J. Alvarenga*

Certamente, as mãos que as empreenderam, muitas delas sob regime de escravidão, não podiam imaginar àquela altura que os valos iriam desempenhar funções ambientais de grande valia muitos anos depois. Pesquisas cuidadosamente conduzidas no âmbito da Universidade Federal de Lavras (Ufla) têm demonstrado que esses valos históricos, colonizados ao longo dos anos por espécies vegetais e animais típicas das regiões em que ocorrem, comportam-se como genuínos corredores ecológicos, propiciando o fluxo de flora e fauna e a conservação da biodiversidade in situ. E, curiosamente, apesar da largura aparentemente modesta que apresentam, as árvores, arbustos e herbáceas que eles abrigam, em condições favoráveis de umidade (devido à profundidade relativa dos canais, se comparados à matriz circundante), funcionam na paisagem como se fossem verdadeiras florestas compactadas.

Derivadas de um antigo modo de demarcar gle-

bas rurais, provavelmente difundido na Península Ibérica pelos celtas, essas marcas na paisagem podem hoje ser “ressignificadas” na perspectiva da salvaguarda dos patrimônios natural e cultural. Na Galícia, p.ex., investigações científicas similares às desenvolvidas na Ufla têm vindo a salientar a relevância ambiental dos valados, segundo a designação própria daquela comunidade espanhola, como refúgios e fornecedores de alimentos para muitas espécies locais da flora e da fauna (PORTO, 2001, p. 240). Paralelamente, chamam a atenção para a necessidade de preservá-los em face da homogeneização degradadora, quase sempre “disfrazada de ‘progresso’” (SENÉN, 2008, p. 32), a que as paisagens culturais agrícolas galegas, à semelhança das brasileiras, têm sido submetidas. Processos esses que deixam apreensivos caminhantes e admiradores desses cenários, entre camponeses, estudiosos e poetas, como retratam os versos de Manuel Rivas (2003, p. 310):

*Vai vello Fin Negan pola recta da parcelaria,  
tan perfecta, tan recta  
que non encontra os pasos  
nin rodeiras de carro  
nin sebes nin valados  
nin loureiros nin cristo,  
camiño falso,  
chan e liso*

*Tradução livre: “Vai velho Fin Negan pela  
planície de terras / tão perfeita, tão reta / que não  
encontram os passos / nem rodeiro de carro /  
nem sebes nem valos / nem loureiros nem cristo, /  
caminho falso, / plano e liso”.*



*Paisagem com valados (frente e fundo) na Terra Chá, município de Abadín, na Galícia. Foto: Gargared*



*Valle del Valiñadares visto do alto de A Xesta, no percurso entre Lourenzá e Abadín, Galicia, de onde é possível contemplar valados a “trilhar” a serra, como se partissem do fundo do vale. Foto: Manuel Arroyo*

Sem pretendermos explorar o tema de todos os ângulos, investigações e reflexões levadas a efeito até agora, quer no Brasil, quer do outro lado do Atlântico, dão como certa a importância crucial dos valos para: conservação e recuperação da biodiversidade regional; preservação de registros botânicos e arqueológicos de antigos modos de fazer; contemplação, compreensão e fruição das paisagens culturais em que os valos, como traços típicos e identitários, estão inseridos.

Carregados de novos significados ecológicos e culturais, os valos históricos carecem, todavia, de atenção específica do Poder Público, nomeadamente no âmbito dos municípios onde são encontrados. Sob a ótica do direito constitucional brasileiro, há elementos que indicam sua possível patrimonialização cultural como vestígios ambientais, que são, de “modos de criar, fazer e viver” e, simultaneamente, como “sítios de valor histó-

rico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (cf. Constituição da República, de 1988, art. 216, II e V).

Fato é que, ante as várias ameaças e danos que afetam os valos (extração vegetal, expansão desordenada de estradas vicinais, fronteiras agrícolas, etc.), é preciso envidar esforços para sua proteção, pois eles representam não apenas marcas de antigas práticas, herdadas de povos que contribuíram para a construção das identidades brasileira e mineira, mas guardam consigo, como sítios-refúgio da vida – que se tornaram pelo decurso do tempo e pela ação paciente da natureza –, sementes para replantarmos nosso futuro.

**\*Especialista em Ambiente, Sustentabilidade e Educação pela Universidade de Évora, mestre e doutorando em Ciências Naturais pela UFOP, professor e pesquisador em Direito e Ciências Ambientais.**

### Espaço de divulgação de obras raras, integrantes da Coleção Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins

**E**M FOCO: Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes. Teve cinco edições, datadas de 1864, 1865, 1870, 1873 e 1875. As duas primeiras foram organizadas e redigidas por Antônio de Assis Martins e José Marques de Oliveira, impressas no Rio de Janeiro. Distinguem-se das edições seguintes por terem sido financiadas por recursos provenientes da venda dos exemplares e de espaço reservado para anunciantes (advogados e negociantes). A partir da terceira edição, a publicação passou a ser financiada pelo Governo Provincial, o que a tornou propriedade da Província, conforme declarado na folha de rosto das edições de 1870, 1873 e 1875. A autorização para esta despesa foi dada pela Lei Provincial nº 1447, de 1º de janeiro de 1868, que autorizou a concessão de um conto de reis como gratificação a ser paga a Antônio de Assis Martins pelo trabalho de “redigir, coordenar e fazer publicar o Almanak de Minas até o último dia de outubro de cada ano.” Note-se que a periodicidade anual não foi cumprida e a publicação, que passou a ser impressa em tipografias de Ouro Preto, não teve sequência depois de 1875.

Os idealizadores do almanaque tiveram em mente reunir e divulgar informações que consideravam ser do interesse dos mineiros. Em sua visão, era também importante atualizar tais informações, o que explica sua opção pelo formato mais adequado de publicação para realizar este fim, a saber, o almanaque. Este apresenta dados sobre vários assuntos, em geral anualmente, sem a preocupação de analisá-los. A intenção é permitir que um público amplo, composto por leitores cujos interesses são variados, compartilhe um mesmo conjunto de informações e delas faça o uso que quiser. Na apresentação da primeira edição, seus organizadores assim identificaram o público da época que, a seu ver, seria beneficiado pela iniciativa: “[...] o político, o comerciante,



### INSTITUTO CULTURAL AMILCAR MARTINS

o industrioso, o lavrador, o mecânico, o empregado público, todas as classes ativas, em suma, terão muitas ocasiões de consultá-lo, de apreciar suas vantagens, de descobrir suas faltas, e então confiamos que, não frenéticas censuras, mas benévolas advertências nos irão habilitando para uma nova edição em que se eliminem as incorreções da primeira, tornando-se, ao mesmo tempo, menos falha e mais satisfatória.” Passado o tempo, e já nos séculos XX e XXI, um outro público, o de pesquisadores, passou a ter interesse pelo almanaque, tomando-o como fonte de informações históricas preciosas sobre a evolução da política, da economia e da vida social em Minas Gerais.

O título do almanaque especificou os assuntos nele abordados. As informações sobre os aspectos administrativos se referem à composição dos órgãos do Poder Executivo provincial e municipal e dos ocupantes dos cargos respectivos. As cinco edições contêm séries históricas de detentores de cargos específicas a partir da constituição formal do primeiro governo provincial em 1831, incluindo-se os oficiais da Guarda Nacional designados para Minas Gerais. São também listados os servidores públicos aposentados e reformados e os cargos vagos nas administrações municipais. Lembre-se que, segundo o modelo de organização política do país, vigente na monarquia, todos os órgãos e cargos públicos municipais eram criados e providos por meio de leis aprovadas pela Assembleia Provincial. Daí a importância da informação sobre a composição e provimento de cargos no conjunto dos municípios. Todas as edições do almanaque incluem a publicação da Lei do Orçamento Provincial aprovada para o ano seguinte que, nos Títulos Das Disposições Gerais e Das Disposições Permanentes, contém as autorizações para a criação e/ou provimento de cargos na administração provincial e nos municípios geradoras de novas despesas para o Poder Público. O almanaque traz tam-

bém informações sobre a evolução do número de jurisdições administrativas civis e religiosas na província entre 1830 e 1874 (comarcas, municípios, freguesias, distritos, jurisdições eclesiásticas e curatos).

As informações sobre os aspectos civis e industriais da província se encontram nos pequenos históricos sobre os municípios, que antecedem a apresentação dos dados sobre a estrutura e composição de pessoal do Poder Público local. As informações não são disponíveis para todos os municípios, pois os organizadores do almanaque dependiam da boa vontade de cidadãos que se dispusessem a organizá-las e a escrever um relatório sobre a situação local. Nota-se que, a cada nova edição, aumentava o número de colaboradores, alguns anônimos, estimulados tanto a fornecer informações, quanto a corrigir falhas ou incorreções de relatos anteriores. Essas contribuições oferecem subsídios preciosos para a história da economia e da cultura da província, de muitos municípios e cidades. Do ponto de vista da economia, os relatos comprovam que, na segunda metade do século XIX, prevaleciam a lavoura e a pecuária como atividades dominantes na maior parte de Minas. A mineração havia perdido impulso, com exceção do que se fazia na Mina de Morro Velho, empreendimento inglês que empregava mais de mil pessoas no município de Sabará. Mesmo nas regiões econômicas mais dinâmicas, muitos relatos ressaltam o atraso nas técnicas de cultivo de cereais, de frutas e de plantas industriais, como o algodão, e criação e cuidado de animais. Ao lado da inércia e falta de espírito empreendedor, atribuídas aos fazendeiros, os relatos destacam a precariedade do sistema viário (estradas, portos fluviais, pontes) como fator explicativo adicional da pobreza de tantas regiões da província. Entre as atividades geradoras de renda era destacada a produção de tecidos mais grosseiros e mais finos, tingidos com material retirado da flora local. Os estudiosos das profissões e ofícios vão encontrar nas descrições da economia local listas nominais dos habilitados para as artes e ofícios da época, quase todos já extintos com o avanço da modernidade. No que se refere à vida social e cultural, muitos informantes incluíram dados sobre aspectos que, a seu ver, expressavam o grau de progresso da cidade-sede do município. Entre esses dados destacam-se o número de ruas, travessas, praças e fontes

públicas e particulares para o fornecimento de água potável, a existência de ensino público para meninos e meninas e de um teatro, a qualidade das casas, dos prédios públicos e das igrejas. A maioria dos relatos dá notícia do mau estado dos prédios públicos, das igrejas e da escassez de obras públicas necessárias, tais como estradas, pontes, cadeias e hospitais. Em muitas cidades, eram os cidadãos mais abonados os financiadores da construção ou reforma de prédios públicos e de igrejas. Alguns informantes consideraram importante citar o número de pianos existentes na cidade, o interesse pelas artes e a índole pacífica dos habitantes. Verifica-se, portanto, que as cinco edições do almanaque oferecem contribuições preciosas para a história econômica e social da província e de muitas de suas cidades.

O almanaque também publicava documentos de interesse público mais amplo, como é o caso das normas que regulamentavam a política indigenista na província. O leitor ficava sabendo, por exemplo, que o governo provincial reservava recursos para a constituição de aldeamentos dos índios no norte e nordeste de Minas, administrados por servidores públicos que acompanhavam o trabalho de catequização a cargo de capuchinhos italianos. Ficava sabendo, também, que, uma vez concluída a conversão dos índios ao catolicismo, passariam eles a ter a posse das terras do aldeamento respectivo.

Que outras informações poderia obter o leitor do almanaque? Muitas importantes para o seu dia a dia, como, por exemplo, o calendário dos dias santos, das festas religiosas e das fases da lua, os dias, trajetos e horários das malas do correio, os dias, locais e horários das audiências com autoridades públicas, os horários de serviços dos cartórios que emitiam documentos essenciais ao andamento dos negócios particulares, os valores das taxas e emolumentos cobrados para a emissão desses documentos... O almanaque era fonte de informação importante para os mineiros daquela época. Hoje, é fonte de consulta preciosa para todos os que se interessam pela história de Minas.

**Resenha do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes, pela Professora Dra. em Ciência Política pela UFMG, Vera Alice Cardoso da Silva**

# Farinha podre no Sertão de Minas Gerais

J. Afrânio Vilela\*

Durante o lançamento da Revista AmagisCultura, em evento de grandeza indescritível: Livro na Praça, organizado pela Imprensa Oficial deste Estado, pela Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros, e pela Academia de Letras de Minas Gerais, dentre outras, realizada na Praça de Santa Tereza, em Belo Horizonte, com distribuição gratuita de mais de 30.000 livros, quando ofertei conto sobre a Themis Negra e o Julgamento no Quilombo do Rei Ambrósio, indagaram minha naturalidade. Respondi ter nascido em Ibiá, inserido no antigo “Sertão da Farinha Podre”, tratamento dos tempos de pertencimento à Capitania de Goyáz, e hoje conhecido como Alto Paranaíba, na confluência com o Triângulo Mineiro, e o último município que pertenceria ao não criado estado, de mesmo nome. A senhora, uma professora, perguntou-me o motivo da denominação: “farinha podre”. Expliquei-lhe. Achou interessante, e fez-me prometer que contaria, ou recontaria, sobre aquelas paragens das Terras Altas, onde as águas nascem no cume dos platôs e descem, serelepes e serpenteantes, pelas encostas para coadjuvar no milagre da fecundação das sementes e na forma-



ção dos balneários das águas medicinais. Equivalente a Ibiá, no linguajar dos Araxás, índios que habitavam a região e foram mortos pelos “desbravadores” quando defendiam seu território de origem, ou comidos, literalmente, pelos Caiapós, etnia inimiga que tinha esse costume, exatamente porque respeitava o vencido na guerra, e acreditavam que assim receberiam suas qualidades, especialmente as artes dos grandes guerreiros. Pois bem! Muitos e variados estudiosos ensinam que a conquista do Oeste Mineiro e a sua ocupação serviram para os aventureiros tentarem enriquecimento, para os religiosos catequisarem e também para a Coroa angariar o chamado imposto da captação, e para isso também efetivar o intento da necessária povoação, através das outorgas de sesmarias, a fim de assegurar a conquista do vasto território brasileiro, quiçá do sertão das Minas Gerais. Aquele tempo, costume afirmar, é tão rico em histórias que pode ser assemelhado à epopéia da conquista do Oeste bravo dos Estados Unidos, mostrada em grandes filmes de bang-bang, como, por exemplo, “caravanas para o oeste”. Também era conhecida a região como rota salineira que passava e ligava as Minas Gerais ao Estado do Pará. Era uma grande região adaptada dentro dos limites belicosamente disputados por Goyáz e Minas, então recentemente desmembradas da Capitania de São Vicente. Mostram os assentos históricos diversas escaramuças entre as Forças Públicas, escravos, índios e brancos insatisfeitos com o sistema de arrecadação da Metrópole, cobrada a mão de ferro. Essa resistência teve nos escravos, conforme foi o caso de Ambrósio, o príncipe africano em Terras Mineiras, sua mais forte demonstração. O mapa de Minas Gerais, nas regiões do Triângulo e parte do Alto Paranaíba, tem o formato de um nariz. O Nariz de Minas, pontal sobre o qual foram erigidas controvérsias acerca da capitania que o possuía. Ainda na fase de conquista e sedimentação política de Portugal, por aquela região passaram bandeirantes atrás das riquezas em forma de ouro, diamante e pedras preciosas. Era conhecido como Campo Grande, uma espécie de região sem lei oficial... um “sertão” a partir do município de Resende Costa, pertencente à comarca do Rio das Mortes, e que seguia para o oeste acompanhando o lado esquerdo do São Francisco. Águas que formam o misericórdia, o quebra-anzol, e chegam ao hoje conhecido Rio Araguari, que vai desembocar no Paraná e formar a grande bacia cisplatina, dividindo o Uruguai e a Argentina. Em suas andanças, os desbravadores viviam em sofrimento. Vida dura, especialmente quando





se batiam com os índios, especialmente os caiapós. Era época de comida escassa. Sobrevivia-se da caça e da pesca. Porém, não se dispensava a boa farinha, tanto ao natural quanto em forma de paçoca - batida no pilão com carne, a servir tanto para armazenagem quanto para acondicionar comodamente para o transporte, inclusive a longa distancia, pois era seca. A forma de guarda era em grandes embornais de couro, cuja melhor propriedade era não deixar a água entrar, pois era impermeável. A boca do saco era muito bem amarrada, e os mais precavidos passavam no amarrado um tipo de repelente; uma espécie de cola, e até mesmo banha. Cada qual tinha sua artimanha para evitar entrada de insetos. Minha saudosa vó “Tonha”, filha de índia, e falecida em 2003, aos 105 anos de idade, contava ter viajado grandes distâncias levando essas providências, e ainda mandioca ralada, guardadas nesses grandes sacos. Meu saudoso pai, José Vilella, saía de Candeias, Cristais e Campo Belo, em viagem que durava mais de 40 dias, levando gado para engordar nos vicejantes pastos de Goiás, na década de 40 do século passado, e contou-me que também acondicionavam provisões dessa forma. Voltando ao tempo dos viajantes, as Bandeiras, além de se guiarem pelos instrumentos existentes, pelos astros, visíveis à noite, tinham por hábito e necessidade, a marcação da viagem segundo pontos altos visíveis ao longe, como serras, platôs, e, especialmente grandes árvores. Tudo descrito minuciosamente para não ter erro no retorno e também firmar a rota, a ser

futuramente utilizada por outros. Naquela região do Alto Paranaíba, ainda hoje, há fartura de uma árvore belíssima, própria do cerrado – e que da maioria da vegetação destoa – por seu grande porte, tanto na altura quanto na circunferência de sua copa. A madeira é branca, frágil e inservível para grandes afazeres. Mas dá boa sombra para o gado e é visível ao longe. E assim era utilizada para a marcação do caminho. A essas grandes arvores uma importante outra missão era reservada: abrigar em seus pontos mais altos as grandes “capangas” de pele animal, as capangas, que guardavam aqueles essenciais alimentos. Assim, os viajantes calculavam os dias de viagem e, a cada avanço, de distância em distância, subiam às grimpas delas e lá fixavam aquele cofre com o alimento suficiente para matar a fome quando do retorno. Tudo ia muito bem. E a regra era encontrar o bem guardado, na volta. Mas não foram poucas as vezes em que se descobria que aquele inexpugnável saco alimentar, protegido em toda a sua extensão, possuía um ponto fraco. Nada obstante, quando colocado de pé e com a boca virada para cima, mesmo que bem amarrada, às vezes não resistia à água constante das chuvas e que nele adentravam. Ao contato com a farinha e/ou demais itens, os derrancava, apodrecendo-os, e foi essa a razão por mim conhecida pela qual a região ficou conhecida como o “Sertão da Farinha Podre”.

**\*Desembargador**



## *Academia Valenciana de Letras*

Elizabeth Santos Cupello\*

A Academia surgiu da ideia inicial de 31 intelectuais que participavam de um programa da “Radio Clube de Valença”, denominado “Mesa Redonda”, onde se discutiam assuntos de interesse da cidade. A partir daí, em 14/11/1949 foi criada a Academia Valenciana de Letras, que teve como Patrono o Comendador José de Siqueira Silva da Fonseca – casado em São João del-Rei com a mineira Balbina da Cunha Mourão – um grande benemérito da instituição e da cidade de Valença. Como Presidente de Honra, homenagearam ao bispo diocesano D. Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena e, assim sucessivamente, são considerados todos os Bispos.

Desde sua criação e durante todos esses anos a Academia Valenciana de Letras desempenhou um papel fundamental de apoio aos Poderes Públicos Municipais, ao recepcionar autoridades e personalidades ilustres que visitavam a região. Por outro lado, a própria Academia recebia, como até hoje, escritores, artistas e palestrantes, realizando eventos culturais internos e externos, trocando experiências culturais ao levar o nome da AVL e de Valença para instituições congêneres em seus Distritos e em outros Municípios de Estados brasileiros.



*Solenidade de instalação da AVL. Ao centro, o Pres. Oswaldo Fonseca, à sua direita o Com. José de Siqueira Silva da Fonseca e à esquerda, o Bispo D. Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena*

A AVL sempre se empenhou na divulgação da cultura valenciana, através de visitas culturais e de intercâmbios com diversas Academias e Instituições, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros. Em contrapartida, significativos nomes de intelectuais de vários Estados brasileiros, em especial de Minas, hoje pertencem aos Quadros de Membros Correspondentes de nossa AVL.

Uma das expressivas contribuições que a AVL prestou ao Município de Valença foi quando ajudou a criar a Academia de Ciências Jurídicas de Valença, contando com o apoio técnico-normativo do Instituto Cultural Visconde do Rio Preto, criado pelo casal Elizabeth e Mario Cupello que, à época, também estava à frente da AVL.

Mais uma importante contribuição da AVL, em parceria com o Instituto Cultural Visconde do Rio Preto, foi outro apoio técnico-normativo prestado para a criação da Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes, com o fornecimento do instrumental básico para a sua criação.

A AVL e o ICVRP colaboraram com a criação de outras Academias, especialmente no Estado de Minas Gerais.





*Monumento à Inteligência, na Praça Visconde do Rio Preto. Acervo ICVRP*



*Musa da Inteligência*



*Musa das Ciências*



*Musa das Letras*



*Musa das Artes*

Ao completar 25 anos, em 14/11/1974, a Academia promoveu um Concurso para a criação de um monumento em homenagem às Letras, às Ciências e às Artes. O vencedor foi o notável Escultor carioca Gilberto Mandarino, com o projeto denominado “Monumento à Inteligência”, considerado “o único do mundo”, erigido em uma Praça no centro da cidade, e que se constitui como um grande orgulho para Valença RJ.

Altos relevos em bronze, nas quatro faces do Monumento.

Importante ressaltar que após haveremos assumido a Presidência da AVL em 2003, proporcionamos uma enorme visibilidade a essa Academia com a realização de inúmeras Visitas Culturais com Membros da AVL, em outros Estados, bem como a criação do “Informativo AVL”, hoje com treze anos de publicação mensal e ininterrupta, via Internet, divulgando a cultura valenciana em municípios dos Estados do Rio, Minas, São Paulo, Ceará, Pará e até para o exterior.

Além de pessoas e instituições que recebem o Informativo AVL, alguns Membros Correspondentes o reenviam aos seus contatos – através da Internet – o que totaliza mais de 1.000 leitores em todo o Brasil e no exterior.

A AVL é uma entidade de renome internacional, criada aos moldes da Academia Francesa. Possui 40 Cadeiras com Patronos para Membros Efetivos, sendo 22 para a Classe de Letras, 12 para Ciências e 6 para a Classe de Artes.

Ela conta com um número ilimitado de Membros Correspondentes – aqueles que não residem na sede do Município – entre eles, ilustres personalidades mineiras. Sete Membros da Academia Brasileira de Letras já tomaram posse como Membros Correspondentes da AVL. Há também os Correspondentes Especiais – que residem no exterior – e os Membros Honorários, Beneméritos e Cooperadores. A AVL possui Membros Correspondentes Especiais em vários países, como Argentina, Uruguai, México, Cuba, Portugal, Alemanha, Itália, Espanha, Áustria.

A Academia Valenciana de Letras possui cinco símbolos: a Logomarca; a Insígnia Acadêmica; a Bandeira; o Distintivo de Lapela; e o Monumento à Inteligência.

As Solenidades da AVL obedecem a tradicionais Normas Protocolares. Estiveram à frente da Academia oito Presidentes eleitos, sendo alguns reeleitos.

Nos últimos 10 anos, em que tive a honra de assumir a Presidência desta Academia, procurei empenhar-me em conseguir uma sede para a Academia Valenciana de Letras

com o apoio de alguns Acadêmicos. Ao longo desse período abriu-se uma oportunidade para que conseguíssemos como Sede, o prédio centenário, denominado “Caixa D’Água”, no centro da cidade. Para recuperação deste prédio, apresentei “Exposições de Motivos” desde a primeira gestão do Prefeito Sr. Fernando Graça, que por fim o recuperou.

Torna-se necessário um registro histórico, sob a forma jurídica de como esse prédio passou a ser a sede da AVL.

Em 12/09/2011, ainda sob minha gestão, após entendimentos havidos entre a AVL, a Câmara Municipal e a Prefeitura, a Academia cedeu à Prefeitura através de uma permuta, uma área de terreno de sua propriedade com 3.580 m<sup>2</sup>, em contrapartida a uma Deliberação originária da Câmara Municipal, que resultou na lavratura de um “Termo de Cessão de Direito Real

de Uso” do imóvel onde hoje se situa a sede da AVL, à Rua Ernesto Cunha, nº 5, no centro da cidade.

Através desse Termo, a Academia foi investida na posse do imóvel e iniciadas as obras no anexo do prédio, sob a administração do Arquiteto, Acadêmico Mario Pellegrini Cupello. A restauração do telhado do prédio onde funcionava a histórica “Caixa D’Água”, foi executada ao final, sob a administração do Arquiteto, Acadêmico Jorge Luiz de Assis Oliveira, que também ocupou a presidência da AVL.

Mais tarde, a Academia conseguiu dos Poderes Executivo e Legislativo, uma “Doação Condicionada” assegurando a posse daquele imóvel, enquanto a AVL existir. Finalmente, em 05/maio/2012, ainda sob minha gestão, foi inaugurada a sede definitiva da Academia Valenciana de Letras.

Evocando a época da criação da Academia, e do muito que foi feito e implantado por uma instituição cultural, particular, sem fins lucrativos e que conseguiu sobreviver no interior, vê-se que ela é fruto da tenacidade e da esperança de pessoas que se permitiram sonhar.

Atualmente, a AVL é presidida pelo Jornalista Gustavo Abruzzini de Barros, gestão 2015/2017.

Hoje, em 2016, decorridos 67 anos de criação da Academia Valenciana de Letras, os ideais acadêmicos continuam com o mesmo entusiasmo e vigor com que nos foram legados, pois a ideia inicial sempre permanecerá intacta, para que possa servir aos pósteros como exemplo de persistência e de amor à cultura. Parabéns à Academia Valenciana de Letras!

**\*Presidente da Academia Valenciana de Letras**

Fotografia: Daniel Beduschi



*Sede da Academia Valenciana de Letras*



*Sessão solene de inauguração da nova sede da AVL, vendo-se a Mesa Diretora e a bênção do prédio pelo Pe. Luiz Magalhães.*

# Pastorinhas da Tapera: Folclore e Tradição

Graziela Armelao Jácome\*

O objeto empírico e artístico a ser descrito trata-se de uma manifestação folclórica denominada Pastorinhas da Tapera (JÁCOME, 2014). Falar de Pastorinhas significa dizer do nascimento do “Deus Menino”, afinal foram os pastores, homens e mulheres simples, os primeiros a tomar conhecimento do nascimento de Jesus. O termo Pastorinhas também pode ter o significado puramente religioso quando representa a visita dos três Reis Magos.

A manifestação das Pastorinhas é realizada abordando um drama ou uma poesia, muitas das vezes musicada com um cunho de ternura e simplicidade e com os encantos da vida contemplativa do pastoreio. São abordados, de forma folclórica, ao longo das apresentações, temas bucólicos, porém carismáticos, que envolvem a força de receptividade do público. A apresentação das Pastorinhas também pode se enquadrar como sendo um teatro litúrgico.

## Pastorinhas da Tapera

O distrito de Santo Antônio do Norte, mais conhecido como distrito de Tapera, está localizado a 36 km de seu Município, Conceição do Mato Dentro – MG.

O distrito de Tapera segundo Saint-Hilaire (1813) praticamente não sofreu modificações ao longo dos anos, permanecendo assim com uma paisagem intacta e com um acervo histórico e cultural tradicional. A Tapera fica situada em um grande vale, limitado por colinas, recobertas por mata virgem e gramínea. Ao redor da aldeia o vale não oferece senão, traços do trabalho dos mineradores. Uma só rua à extremidade na qual fica a Igreja de Santo Antônio da Tapera constitui a aldeia. As casas que a compõe são pouco mais de 70, quase todas cobertas de telhas de cuia, e várias dentre elas estão abandonadas e em mau estado. É nessa comunidade taperense que se encontra o teatro litúrgico folclórico-artístico das Pastorinhas da Tapera, pelo qual me interesse por relatar.

As Pastorinhas da Tapera existem há quase 100 anos e se autodenominam como grupo folclórico. Composto por um número inconstante aproximado de 32 integrantes dentre eles crianças, adolescentes e adultos. A maior parte dos componentes são os próprios filhos de ex-integrantes que não participam mais por já serem falecidos ou por estarem afastados pela idade mais avançada. Os integrantes desempenham papéis que ficam divididos da seguinte maneira: os que tocam o violão, e os que teatralizam com cantos e danças representando diversas figuras

folclóricas como Professora do Cordão Azul, Professora do Cordão Vermelho (Encarnado), Mestre, Contra Mestre, Anjo, Pobrezinha, Caboclo, Marujos, Soldado, Cigana, Herodes, Reis Magos, Velho, Borboleta, Libertina, Estrela D'Alva, Violeta, Miosótis, Rosa Vermelha, Saudade Roxa, Sempre-viva, Crisântemo, dentre outros mais. As Pastorinhas da Tapera se dividem em dois Cordões, o Vermelho (Encarnado), votivo a Jesus e o Azul, votivo a Maria, mãe de Jesus. Os trajes são iguais para todos, blusa e saia branca. Diferenciam-se somente nas cores dos aventais e

Fotografia: Hélida Jácome dos Reis



*Rua Santana; ao fundo, à esquerda, a Igreja de Santo Antônio do Norte*

chapéus, que acompanham a cor do cordão do qual fazem parte. Esses cordões se separam em duas filas e ao longo do evento os personagens se revezam alcançando o centro, entre as duas filas para teatralizarem seus solos. Personagens como o Anjo, Caboclo, Soldado, Borboleta e outros, se vestem de maneira mais caracterizada.

O evento é dividido em duas partes: Na primeira os integrantes se apresentam e fazem seus solos. Na

segunda parte eles fazem o “peditório” das esmolias. Às vezes, somente a primeira parte é executada, isso porque muita das situações nas quais o grupo é levado a apresentar, como em meio a uma Missa, por exemplo, o tempo oferecido a eles é menor, bem como o local pode não lhes oferecer condições para tal. E mediante ao fato da primeira parte já incluir a entrada, o desenvolvimento e a despedida, o evento não perde o sentido.

O grupo se apresenta cantando, tocando, dançando, teatralizando. Normalmente as apresentações acontecem no distrito da Tapera, nos demais distritos e na sede do município de Conceição do Mato Dentro. E eventualmente em municípios no entorno da sede. Por conter em seu tema artístico-musical o cunho extremamente religioso, as apresentações são realizadas em Igrejas. A época de saídas para tal manifestação está entre os dias 24 de dezembro, em primeira apresentação e 6 de janeiro, encerramento, no Dia de Reis. O repertório é composto por canções de autoria própria.

A maioria dos componentes não possui conhecimento musical formal. Portanto não leem partitura. Todos os componentes cantam as canções de domínio do grupo, enquanto dois violões executam toda a harmonia delas. Os demais integrantes dividem a tarefa de dançar, teatralizar, executar solos e manter o refrão segundo a organização das canções.

No que diz respeito à parte teatral, coreográfica, e mesmo musical, há uma “ensaiadora” que se incumbem de manter os ensaios com devida constância. O grupo permanece unido em seus propósitos sem visar nenhum tipo de gratificação material.



*Pastorinhas da Tapera na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Milho Verde/Serro. Destaque para Sr. Geraldo (Velho) de joelhos*



*Pastorinhas da Tapera na Noite de Natal, Igreja de Santo Antônio do Norte (Tapera)*

## Folclore e Tradição

O que poderá ser entendido como Folclore?

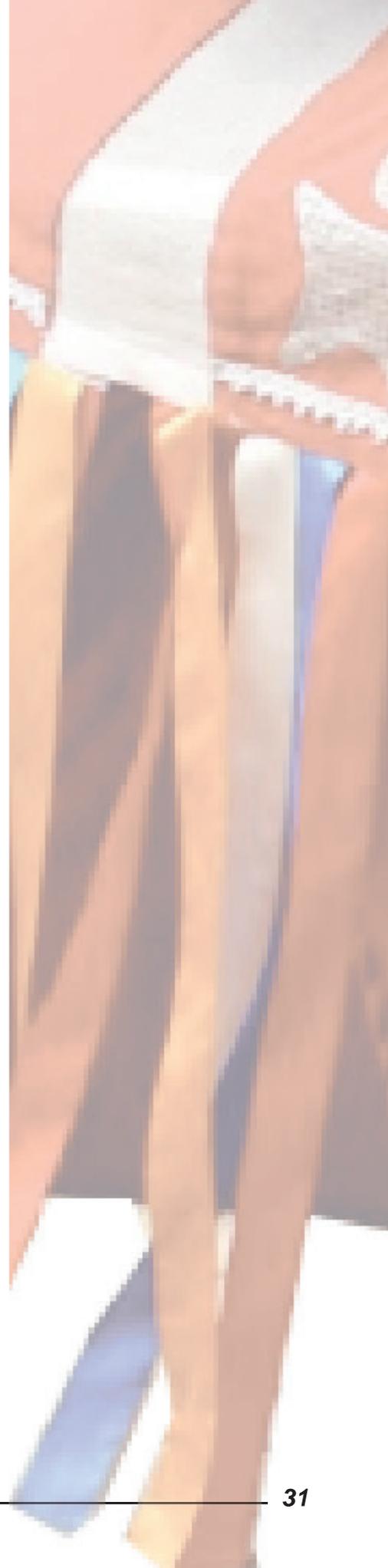
Segundo Carlos Rodrigues Brandão (1982), “Qualquer que seja o tipo de mundo social onde exista, o folclore é sempre uma fala. É uma linguagem que o uso torna coletiva. O folclore são símbolos. Através dele as pessoas dizem o que querem”.

Em 1985, durante o VIII Congresso Brasileiro de Folclore houve uma releitura da Carta do Folclore Brasileiro, datada de 1951, para a sua atualização. Na qual foi considerado que: “Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade”.

A partir dessas definições acerca do sentido da expressão Folclore para o grupo das Pastorinhas da Tapera, será possível fazer um paralelo com Philip Bohlman e saber se, o que o grupo trará como tradicional e folclórico, passará pelo conceito levantado por ele em sua obra “The study of folk music in the modern world” (1988), quando o autor diz que a tradição oral mensura o sentido de uma comunidade, seus limites e valores partilhados. E ainda diz que a música popular (folk music) pode ser um repositório para esses valores partilhados, pode ser uma voz para sua expressão.

No que tange ao termo tradição, do latim, traditio, bem que se entrega a; conjunto de bens culturais que se transmite de geração em geração em meio a uma comunidade. Vê-se que no caso em tela, os integrantes das Pastorinhas da Tapera consideram seu pastoril tradição, uma vez que, diante da importância que lhe atribuem e diante da longevidade de sua entrega aos taperenses ao longo de tantas décadas, é essa uma de suas tradições religiosa, cultural, musical.

Portanto, as quase centenárias Pastorinhas são uma manifestação importante para a sobrevivência das características folclóricas da Tapera. Ainda se tratando de uma atividade relacionada à educação artística, cultural e religiosa, envolvendo a música e a musicalidade como base em sua manifestação. Nesse grupo formado de faixas etárias variadas que trabalham o mesmo repertório e podem aprendê-lo e ensiná-lo de forma





*As Pastorinhas da Tapera eternizadas na foto de 1974, na escadaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Conceição do Mato Dentro. D. Aracy, aos 45 anos, aparece à direita, logo atrás do rapaz com violão. Senhor Sérgio Reis, seu marido, é o primeiro da esquerda, à frente, ao lado do outro rapaz com violão*

diferente, oferece a justificativa de que seja relevante averiguar como os processos variados de transmissão de repertório podem acontecer ao longo dos ensaios e apresentações, bem como o quanto esses processos poderão ou não contribuir na formação de condutas moralizantes, gerando um trabalho em equipe contínuo voltado para o auto-desenvolvimento.

Tendo John Blacking definido a música como sendo “sons humanamente organizados” (1973), é possível partir dessa ideia, tornando ainda mais importante que se estude a influência da música como objeto organizador que poderá nesse grupo gerar uma interação melhor entre adultos, jovens e crianças possibilitando um elo fortificado que promova um resgate das tradições com o passar dos tempos. A expressão Tradição será entendida aqui não no sentido de não haver modificações, pois estas tendem a ocorrer de forma natural, ou como

diria Anthony Seeger, tradição seria a possibilidade de um evento acontecer mais uma vez, mas nunca como na vez anterior, o que para ele é chamado de inovação ou mudança. A partir da ideia de Seeger, o grupo das Pastorinhas tem a possibilidade de trabalhar seus componentes, de faixas etárias diferentes, fazendo uma junção entre o antigo e o moderno, provocando em todos, o interesse pela memória cultural de maneira lúdica. Em um constante ir e vir de ‘ensinares e aprenderes’, entre trocas de lembranças e saberes, em um mundo verdadeiramente popular, ‘folcloroso’! Afinal, segundo D. Aracy : “Pastorinha é folclore sim, tá no meio das coisa da nossa vida, a gente canta, dança, tem coisa antiga... é coisa da gente, é tradição, não pode perder.”

**\*Doutoranda do Programa de Doctorado em Patrimônio Artístico, Sociedade e Paisagem da UNEX. Universidade de Extremadura- Espanha**



**Nevestones**

MINING, TRADING AND EXPORTATION  
OF COLORED STONES AND SPECIMENS

**QUALIDADE**  
**COM ÉTICA E**  
**RESPONSABILIDADE**  
**SOCIOAMBIENTAL**

Rua Afonso Pena, 2823 - Centro - Governador Valadares - MG - CEP 35010-001  
Telefone: +55(33) 3271-6640 | E-mail: [contato@nevestones.com.br](mailto:contato@nevestones.com.br) | site: [nevestones.com.br](http://nevestones.com.br)



# memoriacult.com

A sua revista de cultura agora na internet.  
Veja artigos veiculados nas edições impressas  
em atualizações constantes.

Curta nossa página

[facebook.com/MemoriaCult](https://facebook.com/MemoriaCult)



Mais informações: [memoriacult@gmail.com](mailto:memoriacult@gmail.com)